

TEXTO ORIGINAL**Um olhar sobre a identidade de cidades luso-brasileiras:
considerações sobre o patrimônio paisagístico em Olinda e Ouro Preto***Marcelo Almeida Oliveira*Investigador do Centro de Estudos da População Economia e Sociedade – CEPESE/Portugal
Analista Ambiental do Instituto Estadual de Florestas – IEF/Minas Gerais/Brasil**1. Contextualização**

Na atualidade, é cada vez mais patente a falta de conhecimento a respeito das tradições herdadas. Nas cidades brasileiras, os espaços abertos, sobretudo os de caráter privado, têm sido tratados como anexos de edificações, sobras de terra que não foram desmembradas e ocupadas ou como intervenções descoladas de um determinado contexto cultural ou ainda como se fossem meros panos de fundo para a manutenção cênica de monumentos arquitetônicos, principalmente os de reconhecido valor artístico e histórico. É como se nada pudessem expressar além da função de enquadramento que lhes cabe. A natureza recriada nos jardins, nas hortas e nos pomares é geralmente entendida como se estivesse congelada no tempo, desvinculada de qualquer processo de construção da paisagem e de sua relação com os antigos moradores. No geral, hortas e pomares não são entendidos como manifestações culturais de valor patrimonial.

Não menos grave é o equívoco de achar que as manchas verdes podem ser avaliadas somente a partir de levantamento botânico e cadastral. A insistência em levar adiante os referidos entendimentos influencia a permanência de uma situação de quase torpor perante a ocupação clandestina que incide sobre tais lugares. Enquanto isso, praticamente nada é feito para coibir a vigência de interesses privados, que resulta na descaracterização e na fragmentação de antigos sistemas de produção, que ainda fazem parte da malha urbana. O avanço de tal processo tem repercutido no desequilíbrio e no enfraquecimento de componentes essenciais, culturais e ecológicos do patrimônio paisagístico.

Muitas informações que poderiam ser elucidativas sobre os jardins luso-brasileiros se perderam, devido às sucessivas depredações ocorridas nos conjuntos arquitetônicos, outras se encontram dispersas por arquivos e bibliotecas, mas o importante é compreender que, além de registros históricos, existem caminhos alternativos que podem suprir as lacunas de conhecimento. Através da observação de culturas compartilhadas entre Brasil e Portugal, é possível identificar concepções, valores, visões de natureza que influenciaram a criação dos espaços abertos.

É por meio do estabelecimento de parâmetros comparativos e da realização de associações mentais, com base em experiências nos dois mundos, que aos poucos o fio de memória será fortalecido e recuperado, e conseqüentemente o que não era devidamente compreendido poderá ser revisto e relacionado a uma mesma gênese, como é o caso dos espaços abertos e/ou do patrimônio paisagístico, tema esse que ganha sentido ao ser apreciado a partir da cultura ancestral. O valor cultural identitário que hoje reconhecemos na paisagem e se observa nos relatos de muitos cronistas por nós investigados é completamente desconhecido e por isso ignorado, sobretudo, por quem tutela as cidades luso-brasileiras.

Assim, o conhecimento das origens, pela leitura interpretativa dos fatos, torna-se importante. Permite-nos redescobrir a própria identidade, o que nos situa perante práticas e saberes que foram utilizados no desenho da paisagem. Daí percebermos e valorizarmos a permanência do tecido verde no meio urbano. Em linhas gerais, pode ser compreendido a partir de esquemas morfológicos e tipológicos, definidos mediante a relação entre espaços abertos e edificados, entre elementos vivos e inertes. Além disso, o modo como as pequenas parcelas ou as unidades agrícolas constituíram a forma dos primitivos povoamentos, também, nos leva a refletir sobre o tipo de ocupação e o aproveitamento dos recursos potenciais em cada sítio.

Nesse quadro, jardins, hortas e/ou pomares, além de serem locais de produção, proporcionavam lazer ou ócio a seus utentes. Eram lugares significativos que ajudavam a pontuar a memória coletiva, contribuindo para a

melhoria da qualidade de vida e a sociabilidade nos aglomerados urbanos, como acontece até hoje. Na parte alta de Olinda, por exemplo, o maciço verde chega a ser exuberante. É conformado por muitos coqueiros e grandes árvores frutíferas, conhecidas como fruteiras, de alturas variadas e com amplas e densas copas, que proporcionam condições de permanência em suas sombras, quase noturnas. Constituem um dos principais componentes dos espaços abertos. As citadas árvores permitem abrigo aos moradores do lugar que, popularmente, as tomam como parte da própria habitação. Segundo depoimentos colhidos “in loco”, a vida antigamente costumava ser mais fervilhante em tais lugares, onde as famílias se reuniam para conversar a respeito de assuntos cotidianos, para confraternizar com os amigos em ocasiões especiais, realizar tarefas do dia a dia e mesmo onde os meninos brincavam de ser meninos, correndo por entre os troncos de árvores e subindo de galho em galho, a fim de apanhar e saborear quantos frutos pudessem pegar ou comer.

O verde urbano em Ouro Preto, por sua vez, apresenta-se de maneira diferenciada, menos suntuoso, mas nem por isso menos envolvente e sensual. Nessa cidade, ainda existem hortas e/ou jardins. O cultivo de citrinos sobressai como valor tradicional da cultura do lugar, sendo um dos traços de herança portuguesa na paisagem, porém encontra-se reduzido. A produção de subsistência era desenvolvida nos domínios das habitações, em pequenas parcelas fundiárias, formalizadas a partir de componentes culturais e naturais, que propiciavam condições específicas de lazer.

Em locais como os mencionados, o ócio manifestava-se. O termo em si foi mal interpretado por estrangeiros e pela própria historiografia. Comumente percebia-se o citado estado de espírito por meio da imagem de preguiça, por demais redutora para justificar o comportamento de utentes dos espaços abertos. Diante de atributos da natureza, as pessoas rendiam-se instintivamente às ambiências locais, onde as sensações eram despertadas e os sentidos aguçados, principalmente, em períodos de safras, quando os frutos podiam ser colhidos e/ou saboreados aos pés de árvores e arbustos. Podemos dizer que situações de lazer, ócio, prazer e/ou recreio faziam parte da mesma realidade de lugares voltados à produção de subsistência. Assim, cultivavam-se determinadas espécies vegetais, valorizadas por suas qualidades estéticas, ou mesmo construía-se determinados artificios, como: alegretes, cacimbas (poços de água), latadas, tanques de ornamento e rega, que tornavam atrativos os jardins, as hortas e os pomares.

Geralmente, os relatos históricos de naturalistas e/ou viajantes estrangeiros, elaborados durante o século XIX, foram pouco elucidativos quanto à descrição das parcelas verdes urbanas. As narrativas fundamentavam-se numa abordagem discriminatória, a partir de concepções alheias aos padrões culturais que descreviam. Assim, as referidas parcelas não eram entendidas, o que nos leva a reavaliar criticamente o conteúdo das crônicas de época. Beleza e utilidade, prazer e trabalho, fizeram parte da existência dos espaços abertos inseridos na malha urbana. Além de serem lugares organizados para o desempenho de atividades de subsistência, também eram locais de aprazibilidade cujos componentes apresentavam finalidade emotiva ou recreativa. A própria imagem da cidade tradicional reforçava o referido aspecto, através da contiguidade e da continuidade dos espaços abertos. Os conjuntos constituídos também expressavam uma determinada vivência da natureza, levada adiante por diversos segmentos da sociedade.

2. O caráter dos lugares

Alguns núcleos classificados ou tombados, fundados no período colonial, ainda conservam traços que merecem ser ressaltados, para melhor compreendermos a identidade que os individualiza e os torna tão especiais. Os respectivos patrimônios ainda mantêm uma estreita sintonia com a paisagem, fato observado por meio da morfologia e das tipologias existentes. Nesse sentido, reforçamos a importância de certas peculiaridades no desenho da cidade tradicional, destacando-se dentre elas: a presença marcante do espaço vazio, a constituição de espacialidades amenas, a implantação de referências arquitetônicas em locais de destaque, o favorecimento dos cultivos de subsistência por meio da manutenção das parcelas hortifrutícolas, o respeito pelas linhas dominantes do relevo. Esse modo de ocupar o solo contribuiu para impregnar os tecidos urbanos de valores culturais, humanos e simbólicos, os quais têm sido reduzidos nas últimas décadas, devido às construções aleatórias e clandestinas (Figs. 1 e 2).

Procuraremos, também, refletir sobre aspectos figurativos e qualitativos da forma urbana a partir de questões funcionais. A análise da cidade sob esse ponto de vista certamente concorre para o conhecimento e a valorização dos tecidos verdes. Os elementos figurativos são aqueles que facilitam a comunicação estética, despertam a consciência crítica dos observadores, tornando-os mais susceptíveis ao entendimento do patrimônio paisagístico, inclusive em relação ao contexto de uma época¹. Assim, devem ser compreendidas as tipologias do tecido verde, uma vez que permitem evidenciar o processo de estruturação das ocupações urbanas tradicionais. Com referência à

dimensão qualitativa do espaço, pode ser entendida a partir de componentes e sensações relativas à comodidade, à proteção, ao refúgio e à segurança que um dado lugar proporciona aos seus fruidores².

Tais impressões são indicativas do nível de conforto e satisfação proporcionado pelos locais habitados. Nos assentamentos coloniais, por exemplo, estimavam-se as parcelas hortifrutícolas, não só pela produção da subsistência, mas também pelo fato de reforçarem a privacidade da vida doméstica e proporcionarem o ócio. No espaço urbano, eram marcantes os aspectos relativos à amenidade, dimensão aromática, frescura, sonoridade e tatiabilidade. Por isso, consideramos os espaços abertos, o patrimônio paisagístico, como parte indissociável do valor cultural, do histórico e do patrimonial das duas cidades estudadas³.

Em linhas gerais, a paisagem da cidade colonial mostrava-se como um grande jardim ao olhar de seus habitantes. Identificamos, nos relatos dos viajantes estrangeiros, especialmente do século XIX, impressões semelhantes, ao tratarem, com lucidez, dos conjuntos urbanos normalmente organizados em sintonia com o relevo, na maioria das vezes coberto por uma massa de vegetação resultante da interação das parcelas hortifrutícolas (Fig. 3). Algumas narrativas, apesar de não se prenderem a detalhes muito específicos, deixam transparecer o encantamento proporcionado por essa situação. O estudo iconográfico contribui para enfatizar a pujança desse aspecto, sobressaindo-se no material pesquisado a representação do núcleo de Olinda, inserido no manuscrito do *Algemeen Rijksarchief*, Haia, c.1630⁴. O referido desenho permite-nos ter uma noção da ambiência predominante no complexo edificado relativamente à disposição de elementos morfológicos, da estrutura fundiária e das tipologias de espaços abertos, informações notadas num outro registro, o de "Marin d'Olinda", c.1630. Aproveitamos o exemplo de Olinda para ressaltar as memórias de Joan Nieuhof, Daniel Parish Kidder e Henry Koster⁵.

*(...) A cidade de Olinda é construída sobre um outeiro: sua situação, observada do mar, é do mais agradável efeito. Igrejas e conventos que se elevam sobre os cumos e os flancos da colina, seus jardins e suas árvores, semeados aqui e além entre as casas, dão a mais alta idéia de sua beleza e extensão (...)*⁶.

Esta ideia edênica também foi tratada por Michel Parent (1967), consultor da UNESCO, ao defender a preservação do primitivo assentamento de Olinda, declarado "Patrimônio da Humanidade" em 1982⁷.

*Olinda é uma das jóias do Brasil onde se compõem admiravelmente a paisagem marinha e a cidade artística rica em aproximadamente vinte igrejas barrocas e de um grande número de casas antigas vivamente coloridas. É isso que impressiona em Olinda, é que, por coincidência de felizes circunstâncias, mas sem dúvida provisória se não se intervir imediatamente, o sítio está ainda intacto. (...) Em Olinda, a arquitetura fulgura entre os esplendores da natureza tropical. O oceano aparece ao fundo deste quadro por detrás dos campanários e palmeiras. Entre as ruelas, a vegetação luxuriante invade a colina. Esse aspecto distendido da trama urbana deve ser absolutamente preservado. Olinda não é uma cidade, é um jardim transbordante de obras de arte, e que não cessa de polarizar e de perseguir a imaginação dos artistas*⁸.

O emprego do vocábulo jardim para designar a referida cidade é bastante significativo. Tal entendimento, a nosso ver, reforça a condição de lugar aprazível, propício a novas experiências de ver o mundo, através dos sentidos, além do domínio da racionalidade. Para melhor compreendermos essa dimensão da paisagem, devemos reconhecer que determinados elementos, considerados leves são tão fundamentais quanto os componentes físicos da forma urbana. A ordem, na cidade colonial, observada a partir da integração entre a estrutura cultural e ecológica, ajuda-nos a perceber melhor essas particularidades, ligadas à dimensão sensitiva do espaço (Figs. 4 e 5).

Sob esse aspecto, demonstramos que as parcelas hortifrutícolas inseridas no tecido urbano continuam sendo avaliadas, na essência, como jardins ou lugares amenos e secretos, por ampliarem a capacidade perceptiva dos seus fruidores, dotando-os de maior consciência em relação ao espaço que habitam, assim como descrito em relatos inaugurais.

A paisagem deve ser entendida, estudada, a partir de uma metodologia indutiva, o que necessariamente envolve a compreensão das relações e das interações entre a estrutura cultural e a estrutura ecológica de um determinado lugar⁹.

Os componentes da estrutura cultural referem-se aos sistemas antrópicos na paisagem. Normalmente, fundamentam-se em concepções estéticas, econômicas, sócio-culturais, relacionadas a valores próprios de uma época, que acabam incidindo na regulação de padrões de ocupação e uso do solo e na difusão de morfologias e tipologias específicas, concernentes ao modo de construir e habitar o espaço. Nas cidades coloniais, tais realizações esta-

vam eminentemente vinculadas às particularidades biofísicas dos respectivos sítios, ou seja, havia uma continuidade da forma urbana no meio natural, a qual se mantinha em equilíbrio com o clima, a geologia, o relevo e o solo de cada lugar, de maneira correlata e interdependente, estabelecendo a base de um complexo ecológico.

3. Componentes Naturais

3.1. Clima

No domínio da cidade, entende-se o clima como resultado de múltiplos fatores, fortemente associados aos elementos morfológicos e ao tipo de material e revestimento das respectivas superfícies, e que acabam interferindo em diversos fenômenos, dentre eles: os efeitos de absorção, de armazenamento térmico e de reflexão da radiação solar, a trajetória e a velocidade dos ventos, a variação da composição atmosférica, da evaporação e da taxa de humidade relativa do ar¹⁰.

A compreensão da forma urbana, por meio de um olhar holístico, possibilita-nos avaliar a cidade, em particular os núcleos classificados, a partir da dimensão vivencial, estritamente marcada pela presença de elementos ecológicos e morfológicos. Destacamos aqui o aspecto climático, muitas vezes associado à difusão dos "miasmas pestíferos", durante o período Brasil-Colônia. Em Ouro Preto, por exemplo, combatiam-se tais emanações por meio do maior fechamento das edificações, evitando-se a ação do vento e da umidade na moradia local¹¹. Contudo, em lugares quentes como Olinda, o uso das varandas estava vinculado à noção de conforto e salubridade, o que estimulava o contato de seus utentes com os jardins.

Dentre os parâmetros fundamentais do clima, ressaltamos aqueles que se tornam evidentes no desenho de hortas, pomares ou jardins, o que nos permitem estabelecer analogias entre diferentes realidades. Em Portugal, salientamos que o espaço produtivo era moldado por sistema de rega concebido segundo traçado geométrico, resultando desse traçado canteiros estritamente regulares e proporcionais entre si¹². No Brasil, por sua vez, como bem lembra o Padre Fernão Cardim (c.1584), em seus apontamentos, o "céu" sempre fazia chover, justificando a pouca utilidade da fonte, do poço e do tanque, inseridos nos domínios da horta do Colégio Jesuíta de Olinda. No entanto, apesar da benevolência do clima local, tais recursos eram bem-vindos e necessários, sobretudo em épocas de estiagem, ajudando a manter as laranjeiras e os outros cultivos, especialmente a partir de sistemas hidráulicos menos aparentes, em subespaços menos geometrizados¹³.

As hortas/pomares e os jardins achavam-se articulados a sistemas de adução de água, conforme observado no antigo Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, vizinho ao Palácio do Bispo, na cidade de Mariana. A água captada em pátio interno do referido complexo era direcionada a caleiras e tanques situados na horta, cultivada ao lado de um dos alçados do edifício. Havia toda uma lógica no aproveitamento e na distribuição do recurso hídrico, fato igualmente verificado em outro conjunto, o do Convento Franciscano de Olinda, onde da mesma maneira se recolhia a água da chuva para o abastecimento da cisterna, construída em terraço contíguo ao claustro. O recurso captado servia não só para a rega do pomar, disposto em plano de nível inferior, mas para o suprimento das necessidades cotidianas dos congregados.

Nos primitivos núcleos de Olinda e Ouro Preto, também é possível observar, no interior do tecido urbano, a associação estabelecida entre o tipo de clima existente e o coberto vegetal, fato que influencia fortemente a ideia de habitação nesses lugares. Assim, torna-se prudente comentar que o termo quintal pode ter significados bem próximos, mas com nuances distintas, explicitando a riqueza cultural existente num país com dimensões continentais como o Brasil. De acordo com os depoimentos colhidos em Ouro Preto, os quintais destinavam-se basicamente a atividades produtivas, podendo eventualmente proporcionar lazer aos utentes por meio do descanso ou da contemplação de vistas panorâmicas enriquecidas por aromas, sabores, sons, tatibilidades e outras qualidades fundamentais, normalmente observadas nesses recintos. O desenho do quintal baseava-se no ordenamento do seguinte repertório de elementos: depósitos e/ou oficinas, tanques de armazenamento de água, terreiro contíguo a canteiros de hortaliças cujas espécies se mostravam dispostas, como de costume, numa irregularidade promíscua. Tais complexos também se encontravam pontuados, aleatoriamente, por diversas fruteiras. Quanto ao terreiro, local aberto na proximidade da cozinha, sua manutenção era feita a partir de constante limpeza, o que incluía a capina e a varrição do piso de terra batida. Era o lugar onde as crianças costumavam estar. Não havia necessidade de se proteger dos excessos de radiação solar, como em Olinda. Com relação aos limites dos terrenos, eram demarcados por meio de muretas e/ou arrimos de pedra de junta seca, que reforçavam as sensações de bem-estar, intimidade e segurança. Esses lugares mostravam-se como ambientes abertos e iluminados, onde as mínimas intervenções se justificavam, sobretudo, por razões prático-utilitárias, dentre elas, as de melhoria da qualidade do solo, com a constante reciclagem de matéria orgânica produzida "in loco"¹⁴.

Quanto à presença dos recursos hídricos, alguns quintais ainda possuem suas próprias bicas, fato associado à localização das moradias nas partes baixas de encostas ravinadas e às condições climáticas específicas da região. No passado, em situações menos favoráveis, o abastecimento cotidiano era feito por mão de obra braçal. O acesso dos escravos à moradia era independente, localizado na parte posterior da residência, junto às hortas, chegando-se a ele pelas vias auxiliares de servidão (becos, ruas e vielas). No geral, nos quintais havia recipientes ou tanques de pedra para o armazenamento da água, visando ao suprimento das necessidades domésticas. Porém, nem todas as casas dispunham desses artefatos¹⁵.

Com referência aos quintais de Olinda, eles têm outro tipo de espacialidade, proporcionada pela disposição espontânea de fruteiras de grande porte no tecido urbano, minimizando os excessos climáticos, em particular, as altas temperaturas. A cobertura vegetal que reveste certos trechos do primitivo núcleo vem acentuar com exuberância a noção de conjunto paisagístico do lugar, criando a sensação de continuidade do tecido verde, observada de alguns mirantes, como os largos da igreja de São Salvador do Mundo (a Sé de Olinda), da igreja da Divina Graça (o antigo colégio jesuíta) e do Convento Franciscano de Nossa Senhora das Neves¹⁶. Não podemos deixar de notar, a partir do estudo iconográfico, o aumento do porte da vegetação ao longo do tempo, o que supostamente teria começado entre o final do século XIX e o início do XX¹⁷. Isso não significa dizer que anteriormente não houvesse a difusão de árvores frutíferas. Presumimos que a mencionada dispersão sempre ocorreu, devido aos benefícios por ela gerados, dentre eles, os sombreamentos assegurados pelas copas ou mesmo a fartura de frutos. Talvez os pomares tenham deixado de ser conservados ou tenham sido alvo de novos costumes incorporados pelos moradores, resultando na presença distinta do estrato arbóreo na paisagem¹⁸.

O referido aspecto constitui uma das características mais marcantes da cidade classificada, ainda vista como um extenso pomar, dada a contiguidade dos quintais, onde as copas das fruteiras permanecem imbricadas umas nas outras. Salientamos as palavras da moradora Marília de Andrade Luna: “Vejo verde e mais verde da varanda do meu quarto, que desagua no mar”¹⁹. Nesse conjunto, os quintais pomares são constantemente valorizados pelas sensações de apazibilidade e bem-estar, decorrentes principalmente do microclima proporcionado pela cobertura vegetal. Dentre os benefícios gerados pelas manchas verdes do lugar, sobressaem: a maior absorção do som, o aumento da taxa de evapotranspiração, que incide no declínio da temperatura na proximidade do solo, a contenção das flutuações e dos fortes ventos, a filtragem de poeira, a redução da incidência solar nas edificações, uma vez que a capacidade refletiva da vegetação é mínima. Também destacamos o papel da vegetação na contenção de processos erosivos e no enriquecimento do solo orgânico no meio urbano, sobretudo na paisagem de Ouro Preto, onde o declive tem maior expressão do que em Olinda²⁰.

Em suma, os pomares configuram lugares aromáticos, calmos, férteis, frescos e repousantes, propícios às descobertas e experiências, sendo com frequência considerados verdadeiros jardins, aspecto que igualmente abrange as hortas. O pomar, pela maior verticalidade de suas árvores e projeção de sombras densas, é tratado como ambiente onde predominam sensações ligadas ao encantamento, ao êxtase, ao sublime²¹. Esses ambientes são tidos como símbolos de constância, onde as temperaturas permanecem amenas se comparadas às das hortas, mais sujeitas às intempéries do tempo.

Em Olinda, constatamos o gosto de se experienciar a espacialidade dos quintais, costume que, no entanto, se torna cada vez mais restrito. No universo dos moradores locais, destacamos os artistas que passaram a residir no primitivo núcleo, sobretudo, após a década de 1960. Afeitas aos valores da cultura tradicional, essas pessoas mostram ter respeito e sensibilidade pela causa da conservação da cobertura vegetal da cidade. A maioria delas aprendeu a conviver com as hortas e os pomares ainda quando crianças, nos engenhos de cana-de-açúcar da região, como aconteceu com Genoveva Alves Dias:

*Minha trajetória de vida está associada ao afeto que eu tenho pela natureza. Fui muito dedicada ao plantio. Adoro semear e acompanhar o nascimento do verde. Sinto muita energia no contato com todos os seres vivos. No meu mundo, sempre dava bom dia a todos eles. Fui criada em Timbaúba, num sítio do engenho de Jussara Grande, na Zona da Mata pernambucana, lugar de terras férteis, de solo adubado pela antiga mata. A sensação que eu tinha quando andava pelo pomar da casa-grande era a melhor possível. Passeava por entre as árvores, que alimentavam meu corpo e espírito. Foi desse modo que eu aprendi a desenhar figuras de bonecas, com espinho de laranja, em folhas de bananeiras. Foi um tempo gostoso (...)*²².

Tais informações são relevantes pelo fato de demonstrarem que os ditos habitantes estão envolvidos na causa da preservação do próprio patrimônio.

Neste ponto do artigo, tentaremos compreender principalmente como o clima, juntamente com as questões culturais, influencia nos aspectos leves da paisagem, assunto pouco estudado no âmbito dos núcleos classificados brasileiros, temática intrinsecamente associada à relação emotiva que alguns proprietários ou moradores possuem com esses lugares. Para isso, procuramos nos basear em noções desenvolvidas por Nuno Mendonça, em sua obra *Para uma poética da paisagem: a ideia* (1989), que trata da dimensão qualitativa e vivencial do espaço.

Assim, entender as hortas, os pomares ou os jardins do tecido urbano não pode ser reduzido ao levantamento botânico das espécies vegetais que o compõem. É algo mais complexo. Essa questão abrange o estudo tanto dos componentes físicos (cor, dimensão, estrutura, textura, volume) quanto dos elementos leves (luz, odor, refrigério, sabor, sonoridade, tato, vista), que resultam da relação ou da interrelação entre os componentes morfológicos do espaço²³.

Tratar da questão permite-nos estabelecer comentários e reflexões sobre a maneira como a grande maioria dos viajantes que percorreu o Brasil durante o século XIX se posicionava diante da dimensão qualitativa dos espaços abertos dos núcleos coloniais. Os estrangeiros, quando confrontados com a imensa mescla e variedade de elementos, inerentes aos lugares visitados, hesitavam em aceitar pacificamente a descoberta do novo, ou seja, dos códigos culturais ainda pouco assimilados. O contato com o mundo nativo, no geral, era acompanhado de contrivências e estranhamentos.

Sob os olhares críticos e preconceituosos dos viajantes, observavam-se hortas, pomares ou jardins como lugares confusos, desordenados e, em algumas situações, exóticos. Quando se interessavam em descrevê-los, as cenas observadas tornavam-se mais reais. No caso, classificavam-se e enumeravam-se as espécies de valor alimentar, condimentar, medicinal e ornamental, evidenciando-se sempre aquelas variedades que poderiam ser utilizadas como produtos econômicos. Raramente, na ótica dos naturalistas, referiam-se as parcelas hortifrutícolas como locais de destaque no conjunto dos povoados e das cidades. Eram normalmente avaliadas à distância. A visão era o principal sentido usado pelo observador perante a paisagem observada.

Porém era e continua sendo diferenciado o modo como os proprietários costumam interagir com a própria moradia. Basta dizer que alguns dos moradores dos lugares estudados ainda mantêm forte apego aos jardins. Tais recintos permanecem como testemunhos de uma natureza ferverilhante e patrimonial, o que nos ajuda a identificar antigos costumes e certos componentes morfológicos, facilitando-nos ainda a realização de comparações entre os conjuntos paisagísticos das cidades classificadas, minimamente protegidos, aspecto salientado no testemunho de Ana Amélia de Oliveira, a respeito da gradual descaracterização do patrimônio urbano de Ouro Preto.

Os espaços verdes na cidade têm a maior importância. Ressaltam a sinuosidade dos caminhos, através de vazios, cheios de verde e vida. Ultimamente, estamos perdendo o desenho da cidade. A ladeira de Santa Efigênia é o exemplo mais evidente do que tem acontecido. Ouro Preto está inchando, engordando, virando um círculo, uma bola. Isso para mim é lamentável! (...)»²⁴.

3.2. Aroma

Apreciar um jardim não se restringe ao domínio da visão, requer percebê-lo de várias outras maneiras, inclusive através dos odores, que lhe são peculiares. As aragens carregadas de aromas exalados de cada planta, por suas flores e frutos, e pela própria terra despertam em nós sensações que se transformam em imagens cognitivas e lembranças, arquivadas em nossa memória afetiva. O olfato é uma das portas de acesso ao entendimento da essência dos lugares habitados. Contribui para a compreensão do caráter mutável da paisagem, que varia ao longo do dia e durante os ciclos anuais²⁵.

Nas cidades classificadas, com referência a esse ponto, não podemos deixar de comentar o prejuízo causado pela ocupação aleatória de antigas hortas e pomares, de onde provinham alguns dos principais registros olfativos que balizavam a vivência cotidiana de seus utentes. Esse tipo de ocupação, além de prejudicar a presença de componentes ecológicos na malha urbana, tem provocado uma gradativa mudança nos padrões da moradia, cada vez mais funcional e menos articulada com os espaços não edificadas. Com base nos comentários feitos por vários habitantes de Olinda e de Ouro Preto, observamos como determinados aromas, que ajudavam a definir o caráter nessas cidades, têm sido atenuados ou reduzidos, o que traduz no enfraquecimento do contínuo cultural nos respectivos tecidos.

Ouro Preto era a cidade das hortas. Em cada casa havia uma plantação de legumes, verduras, ervas, flores e frutas, além da criação de animais domésticos. Muitas das hortas tinham bicas próprias, que serviam não

*só para a rega, mas também para o enfeite. Tudo isso era comum. A cidade tinha cheiro de terra molhada. Era gostoso e diferente poder sentir aquele cheiro. Nós tínhamos um conjunto. Infelizmente, vamos viver de saudades. Está tudo se acabando (...)*²⁶.

O referido aspecto é ressaltado pelo processo de descaracterização da forma urbana. Era frequente, em Ouro Preto, sentir o aroma da terra molhada, típico do espaço rural, que reforçava a ideia de conjunto em termos arquitetônico e paisagístico, e enfatizava a concepção de ordem, elementar, mutante e singela, relativa ao espaço como um todo. A atmosfera local, favorecida pela excessiva umidade do ar e pela temperatura amena durante grande parte do ano, facilitava a dispersão de odores, que particularizavam a ambiência da cidade²⁷. Os aromas também revelavam uma íntima ligação das hortas e dos pomares domésticos com as tradições populares. Podemos citar o hábito de ornar e perfumar os recintos das casas e das capelas e igrejas com ervas e flores aromáticas, revelando o forte elo existente entre as pessoas e o mundo da produção²⁸.

Em Olinda, as fragrâncias provenientes de cajueiros, colônias, jasmims, madressilvas, mangueiras e pitangueiras pontuavam com intensidade a vida de seus habitantes. O que singularizava a cidade de antes, hoje, constitui quase um resquício de memória, diante das transformações morfológicas ocorridas no desenho do lugar, nem sempre pautadas por critérios de qualidade.

*Para pisar em Olinda, é necessário tirar a sandália. É um chão sagrado, o que grande parte dos moradores não compreende. A sensualidade da cidade se manifesta através de seus cheiros: do carnaval, dos seus quintais, das suas frutas e das suas flores. Antes, os cheiros dos cajueiros, das pitangueiras, das colônias, das madressilvas e dos jasmims eram mais intensos. Na atualidade, o plantio de espécies típicas é pouco difundido, fato agravado com o desaparecimento da vegetação dos quintais. Isso é uma tristeza (...)*²⁹.

No entanto, os odores de flores e frutos continuam sendo exalados pela vegetação local, fazendo reviver lembranças, principalmente aquelas ligadas ao tempo da infância. As imagens olfativas são poderosas, podendo suscitar impressões, surpresas e sentimentos que celebram o amor, a felicidade, a interioridade, a intimidade, a paixão, a plenitude, a tranquilidade, ou seja, a vida.

Na cidade tradicional, é nítida a importância do olfato como elemento de orientação no espaço urbano. Torna-se evidente como alguns moradores acabam criando suas próprias referências, estabelecidas principalmente por meio de sinestias provocadas por atributos de certas espécies cultivadas em hortas ou pomares que, mesmo vedados por muros, servem para definir e sequenciar determinados percursos ou trajetos, na trama dos núcleos classificados.

*Olinda tem muitos cheiros durante o ano, de floradas e frutas, de pitangueiras, mangueiras, cajueiros. É sempre perfumada. Então, é algo que entranha e fica no ar. As plantas também marcam os percursos e identificam as casas. Existe um jardim na rua 13 de Maio, onde tem um pé de jasmim-banha, uma trepadeira bem delicada e de suave perfume. Em outros lugares, existem jasmims laranjas, também bastante perfumados, que incensam os lugares (...)*³⁰.

Na realidade de Olinda, podemos conjecturar sobre a predominância de aromas marcados por notas baixas³¹, aqueles que permanecem por mais tempo na atmosfera, destacando-se o perfume dos jasmims, bastante apreciado pela população local. Os referidos exemplares costumam ser plantados nos espaços de transição, especialmente na proximidade das entradas, janelas e varandas das residências urbanas. Da mesma forma, arriscaríamos dizer que, em Ouro Preto, ainda prevalecem aromas cujas fragrâncias apresentam notas altas, como o do citrinos. Nesse caso, volatilizam-se rapidamente, ajudando a definir a imagem coletiva da cidade, anunciando momentos especiais durante o dia.

3.3. Cor e luz

Cada lugar apresenta suas próprias singularidades, que normalmente estão associadas a fatores biofísicos, sobretudo climáticos. No caso dos núcleos urbanos estudados, é possível notarmos a influência dos componentes naturais no caráter dos respectivos conjuntos. Considera-se o caráter a partir da constituição formal do lugar³². É aquilo que o torna distinto de outros locais, favorecendo o reconhecimento por parte de seus habitantes. Assim,

podemos ressaltar, dentre outros elementos essenciais da paisagem, a importância da cor e da luz, o que concorre para a apreciação das mudanças atmosféricas ao longo das estações do ano, dos ritmos da natureza e do tempo, enriquecendo a experiência cotidiana do homem, especialmente nos ambientes construídos predominantemente com a vegetação.

Avalia-se a luz tanto como radiação eletromagnética, capaz de estimular visualmente um observador, quanto como “claridade emitida por corpos celestes”³³. A luz, de acordo com Kevin Lynch, é determinante do caráter do espaço: “pode acentuar detalhes, ressaltar uma silhueta ou textura, ocultar ou revelar aspectos, contrair ou ampliar dimensões”³⁴. Com referência à cor, diz respeito à percepção do tipo de radiação eletromagnética detectada pelo órgão visual. Também está relacionada com a propriedade que têm os corpos de “absorver ou refletir a luz”³⁵. Desse modo, é notório que os moradores de Olinda, ao se expressarem sobre o antigo núcleo, destacam a luz azulada ou esverdeada do local, oriunda dos maciços vegetais, dos pomares e das múltiplas tonalidades do céu e do mar. A consciência desses detalhes permite-nos comentar o significado conferido aos elementos naturais que se mostram bastante dinâmicos e repletos de surpresas. Tal aspecto, inclusive, encontra-se presente na produção cultural do lugar, na música, pintura e literatura, que retratam o conjunto classificado a partir do olhar poético.

Em Olinda, a luz predominante na paisagem é forte. Revela os contrastes, a textura e a plasticidade das formas da vegetação e dos edifícios que se acomodam sobre as ondulações do relevo. São traços pujantes. Servem para descrever o patrimônio local que, nas palavras de Carlos Pena Filho, espelha a força da natureza do lugar.

*“De limpeza e claridade
é a paisagem defronte.
Tão limpa que se dissolve
a linha do horizonte.
As paisagens muito claras
não são paisagens, são lentes.
São íris, sol, aguaverde
ou claridade somente.
Olinda é só para os olhos,
não se apalpa, é só desejo.
Ninguém diz: é lá que eu moro.
Diz somente: é lá que eu vejo. (...)”³⁶*

Por sua vez, a luz em Ouro Preto, na maior parte do ano, é menos radiante. As cores da paisagem são tênues. O céu aparece na maioria das vezes coberto por névoas e nuvens, devido à combinação da altitude, do clima e do relevo da região, o que reduz o alcance visual a partir de alguns pontos elevados da cidade³⁷. Na obra de Cecília Meireles, *Romanceiro da Inconfidência*, encontramos um poema em que esta ideia é reforçada.

*“Eis a estrada, eis a ponte, eis a montanha
sobre a qual se recorta a igreja branca.
Eis o cavalo pela verde encosta.
Eis a soleira, o pátio, e a mesma porta.
(...)
E eis a névoa que chega, envolve as ruas,
move a ilusão de tempos e figuras.
- A névoa que se adensa e vai formando
nublados reinos de saudade e pranto.”³⁸*

Enquanto o primitivo núcleo de Olinda se mostra como ambiente aberto e ensolarado, privilegiado pela localização geográfica, num sítio de topografia ondulada à beira mar, na região Nordeste do Brasil, Ouro Preto apresenta-se de maneira completamente diferenciada. Essa cidade encontra-se contida por escarpas íngremes e vertentes ravinadas de duas grandes serras, a do Itacolomi e a de Ouro Preto. Isso é marcante para o observador que caminha pelo espaço aberto. É constantemente surpreendido por efeitos de figura-fundo e luz e sombra. A luz destaca o conjunto urbano tendo ao fundo a vegetação dos quintais e a silhueta das serras, produzindo-se uma

diversidade de cores e formas que varia ao longo do dia e durante o ano, situação prejudicada pelo avanço da ocupação clandestina nas encostas da cidade. Esta transitoriedade da paisagem tem vindo a se perder.

3.4. Refrigério

No processo de adaptação do homem à natureza de cada sítio, foi notável sua capacidade e habilidade na materialização de estratégias que visavam à maior permanência nos espaços abertos, principalmente, em zonas climáticas favoráveis. Nas cidades coloniais brasileiras, o sombreamento dos recintos domésticos era essencial, para que seus habitantes pudessem passar grande parte do dia fora de suas casas. Em tais domínios, valorizavam-se determinados costumes, relativos ao hábito de tomar uma fresca, geralmente, sob a copa de arvoredos frondosos, sob a ramagem das latadas perfumadas (Fig. 6) ou sob a sombra refrescante das arquiteturas de prazer e das varandas das moradias urbanas ou rurais. Era patente o gosto pelo refrigério.

Na paisagem de Olinda, o clima é um dos fatores biofísicos que mais condiciona o comportamento de seus habitantes. O sol queima, principalmente em determinados horários do dia. Mesmo que o ar seja constantemente arrefecido por brisas marítimas, os efeitos destas não são facilmente percebidos, a não ser em lugares específicos, sob a cobertura de grandes fruteiras, onde a sensação térmica, resultante da maior umidade relativa do ar, da menor temperatura e da maior velocidade do vento, é responsável pela sensação de bem-estar, com frequência comentada pelos habitantes desses lugares. Não é pois casual que as manchas verdes, no interior da malha edificada, tenham o aspecto de densos pomares, ainda mantidos em seqüências contínuas e descontínuas em vários trechos da paisagem.

No entanto, a partir do reconhecimento de Olinda como "Patrimônio da Humanidade" (1982), observa-se o avanço da ocupação dos espaços abertos no primitivo núcleo, fenômeno relacionado tanto com a pressão do mercado imobiliário quanto com a demanda imposta pela "indústria" do carnaval e do turismo, um dos maiores vetores de crescimento da economia local. Nesse quadro, os novos moradores, orientados por conveniências e modismos, por vezes impróprios ao lugar, descaracterizam seu patrimônio³⁹. Diante desses fatos, destaca-se a postura de Armando de Holanda que defende a importância da preservação das tipologias tradicionais, sobretudo da arquitetura ancestral, compreendida a partir da seguinte maneira:

Trabalhem no sentido de uma arquitetura livre e espontânea, que seja uma clara expressão de nossa cultura e revele uma sensível apropriação de nosso espaço; trabalhem no sentido de uma arquitetura sombreada, aberta, contínua, vigorosa, acolhedora e envolvente, que, ao nos colocar em harmonia com o ambiente tropical, nos incite a nele viver integralmente⁴⁰.

Este autor lida com referências associadas à bioclimática, tendo em vista a sensibilização de técnicos para a necessidade da adequação do projeto arquitetônico ao clima tropical, segundo o que chamou de construir frondoso, baseado na noção de sombra aberta, visando a permitir o máximo possível de ventilação nas partes internas do edifício, através da permeabilidade às correntes de ar. Nesse sentido, a casa é concebida para manter o maior contato possível com o espaço envolvente. As varandas, que fazem parte da moradia popular de vertente luso-brasileira, são locais acolhedores e sensuais, facilitando a convivência sensível do homem com os elementos etéreos e físicos dos jardins ou das hortas e dos pomares.

Esta teoria do construir frondoso encontramos-a de forma impressiva em muitos relatos de época. A continuidade dos fatos, observada durante nosso processo de investigação, leva-nos a sublinhar não só o valor ecológico, bioclimático, mas também o valor cultural que as manchas umbrosas apresentam, em particular, no tecido da cidade de Olinda. É pois fundamental avaliar, inventariar e conservar tais espaços.

Daquelas dimensões nos fala Ambrósio Fernandes Brandão, no século XVII, ao referir-se à beleza dos pomares ou jardins no Brasil, levando-se em conta os atributos da vegetação⁴¹. Em seus relatos, são marcantes a formosura das flores e dos frutos dos maracujazeiros, a suave fragrância dos curuás e a verdura das parreiras, produtivas duas a três vezes por ano, que revestiam as latadas e ampliavam as possibilidades de vivência ao ar livre. Esse artifício proporcionava prazer, definindo e delimitando subespaços por meio de planos horizontais que acentuavam o valor do ornamento na estrutura dos locais de cultivo. Representavam a síntese entre o aroma, a cor e a forma, reforçando a continuidade e a impressão de espontaneidade na organização das parcelas hortifrutícolas⁴².

Em outras fontes históricas, destaca-se o papel conferido às árvores de copas densas, inseridas em lugares estratégicos dos núcleos urbanos. Um fato ocorrido entre os anos de 1732 e 1736 chamou-nos a atenção pelo caráter pioneiro e por ser uma iniciativa de religiosos beneditinos. Dizia respeito ao plantio de gameleiras no largo

defronte ao Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, na cidade de Salvador da Bahia, no intuito de animar o lugar⁴³. De maneira análoga, anotamos a observação do Príncipe Maximiliano de Habsburgo, feita no ano de 1860, quando, em visita à mesma cidade, descreveu o gosto popular pela mangueira, tida como um "(...) tesouro incalculável (...), pois se tem a sombra e o frescor de uma segunda morada ao ar livre"⁴⁴. Evidenciavam-se tanto as mangueiras quanto as jaqueiras por terem sombras "redondas", à semelhança de um oásis de abundância e frescura, segundo o escritor Joaquim Nabuco (1849-1910)⁴⁵.

São vários os exemplos que abordam a importância das árvores frutíferas, conservadas como componentes essenciais das habitações urbanas, permitindo a seus moradores o desfrute de aragens, comparadas a verdadeiros sopros de vida, especialmente em locais onde o clima costuma ser tórrido. Não é fortuito que as chamadas fruteiras sejam consideradas deusas, por quem convive com suas benesses diariamente. Ganham esse "status" devido às múltiplas funções que lhes são atribuídas, dentre elas, a de proporcionar abrigo acolhedor sob suas copas, que filtram luz e calor solar (Fig. 7).

Nos lugares examinados, a noção de moradia vai além do edifício, estendendo-se numa ordem flexível, mutante e permeável, até o domínio dos quintais, no geral dotados de atributos que variam de acordo com os horários do dia e as estações do ano. O espaço sob a copa de uma fruteira pode funcionar como sala de estar ou como apoio do setor de serviço, conforme as necessidades de seus habitantes⁴⁶. No caso de Olinda, em diversos recantos encontram-se várias espécies que fazem parte da cobertura vegetal da cidade, sobressaindo-se: anonas, árvores-do-pão, caramboleiras, coqueiros, gameleiras, jaqueiras, jambeiros, jambolões, jenipapeiros, pitangueiras, pitombeiras, mangueiras, sapotizeiros, ou seja, árvores de copas largas, densas e redondas.

Ao considerarmos o tipo de vegetação disseminado, dizemos que é reflexo do gosto pela vivência ao ar livre. Tendência semelhante ocorre em Ouro Preto, porém adaptada às particularidades do clima tropical de altitude. Os espaços abertos acabam sendo mais iluminados e transparentes, pelo fato de os arbustos e as árvores terem copas menos compactas, permitindo maior permeabilidade à luz e à visão através de suas folhagens. Não sendo necessária tanta proteção contra a radiação solar, as espécies vegetais utilizadas promovem outro tipo de ambiência na trama de antigos jardins, nem por isso menos acolhedores e sensuais (Fig. 8). Além do binômio clima/solo, deve-se considerar o aspecto cultural como determinante para a aclimação das plantas difundidas, o que também privilegiou a adoção de soluções espaciais características. Tais questões contribuem para justificar a predominância de hortas na malha do conjunto ouropretano, o que a torna morfologicamente distinta se comparada, por exemplo, a Olinda, onde predominam os pomares, como acontece nos locais de elevadas temperaturas, nas regiões de menor altitude ou mais próximas da Linha do Equador⁴⁷.

3.5. Sabor

Falar de sabor é promover um reencontro com a própria história. Essa temática está relacionada com os costumes e as tradições, referentes à aclimação e à disseminação das espécies vegetais, exóticas e nativas, que constituíram a base das parcelas hortifrutícolas. A preferência por determinados alimentos, que varia de região para região, ajuda-nos na tarefa de perceber as diferenças e semelhanças entre os vários lugares. A literatura e a música registram momentos de puro deleite, associados à degustação das frutas, cultivadas, inclusive, nos quintais, o que faz parte do universo dos livros de Jorge Amado e das melodias de Alceu Valença.

*Da manga-rosa quero o gosto e o sumo,
Mamão maduro, sapoti, juá,
Jabuticaba, seu olhar noturno,
Beijo travoso de umbu-cajá*⁴⁸.

As descobertas proporcionadas pelo paladar costumam impregnar a memória das pessoas. No mundo das lembranças cotidianas dos habitantes de Olinda e Ouro Preto, o tempo da infância é geralmente marcado por aventuras gustativas aos pés de densas e frondosas fruteiras, o que sempre transparece nas narrativas. Lidar com algumas dessas lembranças permite-nos compreender certas práticas do processo de dispersão de plantas por entre hortas e pomares.

Muitas das espécies vegetais foram difundidas devido a suas qualidades medicinais e nutritivas, além de outros atributos também levados em conta pela cultura vigente. Formalizaram-se espaços produtivos com a finalidade de suprir a subsistência de seus utentes, estimulando certos hábitos como a realização de intercâmbios de mudas e sementes, o que repercutia diretamente no incremento da biodiversidade no meio urbano. Percebemos

como os desejos e as vontades dos moradores, aliados à ocorrência de modismos, influenciam a composição das parcelas hortifrutícolas.

Até hoje, é comum ver os moradores de Olinda presentear-se com os frutos das espécies que fazem parte dos quintais, como: abacates, cajás, carambolas, cocos, fruta-pão, goiabas, jambos, mamão, mangas, pencas de bananas, pitangas, saptotis. São vistos como “frutos da integração”, pelo fato de serem desejados⁴⁹. Em Ouro Preto, por sua vez, a dispersão dos sabores é menos farta, sendo reservada sobretudo aos familiares. Algumas verduras (couve, ora-pro-nóbis, taioba), assim como certos frutos (ameixas, bananas, jabuticabas) ainda cumprem o papel de fatores de integração, estreitando laços de amizade. Contudo, observa-se um desapego cada vez maior em relação aos antigos costumes, como vem sucedendo nas realidades pesquisadas, reflexo do enfraquecimento de práticas ancestrais, ligadas à agricultura urbana.

3.6. Sonoridade

No mundo concentrado e múltiplo dos núcleos urbanos, a escuta de sonoridades constitui, sem dúvida, uma das experiências sensoriais mais significativas de interação do homem com o espaço que o envolve. Em diversas oportunidades ao longo de nosso trabalho, observamos como os sons são importantes na criação das referências de lugar e tempo na memória dos habitantes locais. Nas cidades estudadas, em determinados períodos do ano, como na primavera e no verão, a ambiência nas parcelas hortifrutícolas torna-se especialmente atrativa. Nesses locais, as florações e as frutificações, além de valorizar o espaço com os respectivos cromatismos, costumam ainda promover eufonias oriundas da busca de alimentos por parte de animais, aves, crianças e insetos, situações enriquecidas pelo farfalhar de ramagens agitadas ao vento e, em alguns casos, pelo murmúrio de águas correntes, o que torna aprazível a vivência especialmente nos quintais.

Nesse universo, o canto dos pássaros está intrinsecamente associado à presença das hortas e dos pomares no tecido urbano, onde o alimento costuma ser farto. Essa temática serviu inclusive de inspiração para o preparo de manuscritos aquarelados relativos à iconografia do período Brasil-Colônia. No material observado, representaram-se certas aves em associação direta com algumas espécies vegetais, exóticas e nativas, alimentando-se de flores e frutos, destacando-se: a banana, o caju, o dendê, a fruta-do-conde, a goiaba, o mamão, a flor e o fruto do maracujazeiro. As imagens registradas, além de reforçarem a importância das chamadas fruteiras na estrutura das zonas antropizadas, levam-nos a refletir sobre o tipo de musicalidade existente nos espaços abertos, o que os transforma em locais privilegiados, onde é possível desenvolver a sensibilidade e experimentar sensações de calma, paz e tranquilidade⁵⁰.

Segundo Catherine Laroze, os jardins são tidos como ilhas de felicidade e plenitude⁵¹, propícios à escuta dos segredos da vida, assim como acontece no interior das hortas e dos pomares de Olinda e Ouro Preto. Nesses recantos, o isolamento e a quietação são fundamentais para o estabelecimento do contato mais direto com a dimensão qualitativa do espaço, despertando-nos a consciência a respeito da continuidade e da totalidade da forma urbana. A percepção das sonoridades, juntamente com o aroma exalado de flores e frutos, dentre outros atributos das hortas e dos pomares, ajuda-nos a compreender a espacialidade da “urbe” colonial, que não deve ser entendida somente por meio de seus fragmentos ou dos edifícios preservados.

3.7. Relevo

Considera-se o relevo a partir da dinâmica combinada de vários fatores, endógenos e exógenos em relação à superfície terrestre, vinculados ao clima, ao estrato rochoso e ao solo de cada localidade ou região, resultando isso em distintas unidades morfológicas⁵². Genericamente, pode-se falar tanto das formas de agradação ou acumulação, como as planícies flúvio-marinhas das baixadas de Olinda, quanto das formas erosivas, igualmente notadas no sistema colinar dessa mesma cidade ou nos abruptos de Ouro Preto, identificados pelas cristas e escarpas presentes em sua paisagem. Dentre os fatos que interferem no modelado do relevo, citam-se os processos vinculados aos escorregamentos das encostas, à ocorrência de erosões e de inundações. Dependendo da intensidade desses fenômenos, no meio urbano, é necessário que o poder público tenha discernimento e agilidade para contê-los e reduzi-los por meio de planejamento.

No âmbito da cidade tradicional, compreende-se o relevo como um dos componentes ecológicos que mais influencia seu caráter, ou seja, sua forma, aspecto intrinsecamente ligado à localização dos edifícios, ao ordenamento da estrutura produtiva, ao traçado da malha viária, ou seja, à concepção global da cidade, constituída por uma rede de referências culturais, simbólicas e vivenciais. Sob esse enfoque, ressaltamos a necessidade de entendimento da preexistência do lugar para a manutenção de sua identidade. Nos assentamentos coloniais, por exem-

plo, aproveitavam-se as cumeadas e as encostas, ao longo das vias, para a criação de pontos mirantes que proporcionavam aberturas visuais e permitiam a observação panorâmica dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, normalmente organizados em função da existência dos sistemas úmido e seco. De acordo com a lógica de ordenamento do tecido urbano, os quintais associavam-se, preferencialmente, ao sistema seco, nas cumeadas e encostas. As hortas, por sua vez, eram cultivadas em terrenos de topografia suave, na proximidade de cursos hídricos. Quanto às tipologias que ocupavam parcelas de maior dimensão, nas cercanias, como os conventos ou mosteiros, as chácaras, os Jardins Botânicos e as roças, eles abrangiam igualmente as encostas e as várzeas.

O relevo não só contribuía para a implantação das unidades produtivas e recreativas, mas condicionava a espacialidade percebida nas citadas parcelas. A experiência de analisar o tecido verde em duas cidades classificadas, Olinda e Ouro Preto, permite-nos tratar com acuidade a influência do relevo na constituição dos respectivos patrimônios, conforme considerado nos relatos de Joan Nieuwhof (1682), Auguste Saint Hilaire (1830) e Augusto de Lima Júnior (1978)⁵³. A presença marcante da topografia acidentada é patente, em particular, na realidade ouropretana, fato observado na disposição de ricas residências, como atestam os vestígios dos quintais das casas setecentistas de Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, além dos subespaços que compõem os quintais donde atualmente funcionam o Instituto de Filosofia, Arte e Cultura da Universidade Federal e a Secretaria Municipal de Educação. Os terrenos são compartimentados e distribuídos ao longo de socacos, de modo bastante movimentado, ao contrário do que sucede em Olinda, onde o relevo ondulado, menos íngreme, permitiu maior ajuste entre os subespaços dos conjuntos construídos, definindo ambientes mais coesos e uniformes, como ainda pode ser notado no desenho de antigas chácaras e conventos. Algumas fotografias antigas de vivendas nas adjacências do rio Beberibe ilustram a mencionada situação. Verifica-se essa temática a partir de dois tipos básicos de espaços, os abertos e os fechados, cujas noções sobressaem nos relatos feitos pelos próprios moradores das cidades examinadas.

*Considero um privilégio possuir uma casa com quintal. Existem os quintais abertos e os fechados. Os abertos permitem a visão da paisagem, da serra do Itacolomi, do conjunto arquitetônico de Ouro Preto. À tardinha, é muito bonito ver do interior deles os contrastes de luz nas montanhas, o brilho do sol dourado e o escuro dos vales, ouvir o canto dos pássaros, sentir o cheiro da natureza. Fico em paz, numa solidão gostosa. (...) Os quintais fechados são como os pátios, fechados neles mesmos. São mais íntimos e protegidos do que os outros (...)*⁵⁴.

No caso dos espaços fechados, é restrita a visibilidade do interior para o exterior. As vedações, assim como a cobertura vegetal e a topografia, regulam a ambiência dos recintos, que se organizam de modo intimista e reservado, como acontece em alguns quintais de Ouro Preto, contidos pela irregularidade do relevo, o que reduz o contato do observador com a paisagem do lugar. Quanto a Olinda, o sítio tem outro tipo de configuração geomorfológica, de aspecto menos dobrado, mas identificamos ocupações igualmente marcadas pela redução do campo visual, circunstância reforçada pelo densa cobertura e pelo porte arbóreo da vegetação local que faz parte do tecido urbano.

Os lugares abertos, embora definidos por limites, apresentam outro tipo de espacialidade. Em Olinda, nota-se de vários lugares a infinitude da linha costeira em direção à cidade de Recife, especialmente daqueles posicionados nos pontos de maior cota altimétrica⁵⁵.

Em Ouro Preto, de modo análogo, muitas moradias apresentam belas vistas do conjunto urbano. Constatamos que a vida nos quintais ainda favorece o convívio de seus moradores com a paisagem, especialmente no final da tarde, horário em que as temperaturas são amenas, propícias para a rega dos canteiros. Trata-se de momentos significativos do dia, quando as pessoas demonstram o desejo de aproveitar a ambiência de suas hortas, geralmente assentadas em socacos. São lugares que, provocando sensações de intimismo e privacidade, se acomodam perfeitamente à topografia acidentada da região. Ao percorrermos vários trechos da antiga estrutura do núcleo classificado, em particular nas encostas da cidade, temos a oportunidade de presenciar fato que nos causa surpresa, frente à exuberância da paisagem. A profundidade de certas vistas, observadas de alguns terraços, não nos parece ser obra do acaso, pelo contrário, leva-nos a pensar nas soluções criativas, prolongando a permanência do olhar no espaço. Assim, destacamos a diversidade de panoramas surpreendentes, os efeitos de figura-fundo e luz e sombra, que produzem variações de cores e formas, revelando silhuetas e texturas. A incidência da luz sobre a irregularidade do relevo, marcado por cristas rochosas, vertentes ravinadas e vales encaixados, influi na percepção da paisagem cuja imagem torna-se dinâmica e sensual⁵⁶.

A percepção e os sentimentos inspirados por essas construções faziam e ainda fazem com que o patrimônio paisagístico de Ouro Preto seja comparado a um grande jardim, o que também acontece em Olinda. É o que transparece no registro oral de alguns de seus habitantes, que demonstram o desejo de estar na e com a natureza.

Sempre que eu chegava, em Ouro Preto, via a cidade de longe. Era como se fosse um grande quintal. Estava sempre plantada no verde. O quintal é uma horta, que tem de tudo, então me traz boas lembranças e sensações. Consigo ainda sentir o cheiro do manacá e do jasmim. O quintal está dentro de mim e ninguém arranca ele daqui [do coração] (...)⁵⁷.

Não se constituíam as hortas ou os pomares para serem vistos à distância, e sim para serem experienciados em suas múltiplas manifestações. A mencionada maneira de perceber a realidade propicia o surgimento de sensações e sentimentos topofílicos, que resultam na ampliação dos limites do lugar onde se reside. As varandas, nas residências brasileiras, assumem papel semelhante⁵⁸; além de serem locais que promovem lembranças, pensamentos e sonhos, elas ampliam o contato do homem com a paisagem, criando novas alternativas para o entendimento do seu caráter.

A vista na parte alta de Olinda, no largo da igreja da Sé, é muito bonita. De lá enxergo o mar, as praias, a vegetação e também onde moro. É um cartão-postal. Da varanda de minha casa também olho o mar. O lugar foi aumentado em largura, para proporcionar maior comodidade, idéia de minha mãe (...)⁵⁹.

A vista, para o morador, é uma das possibilidades de se reconhecer no espaço urbano, de se sentir em casa. Contribui para acentuar esse caráter de moradia. Os mirantes e as varandas cumprem essa finalidade, possibilitando a prática do ócio, principalmente em regiões de clima quente. Dizemos que os alpendres ou telheiros, em determinados horários do dia, da mesma forma, estimulam a permanência em seus domínios. Nos quintais, simples alpendres costumam ser denominados varandas. Desses locais, é possível acompanhar o desenvolvimento dos afazeres cotidianos realizados nos espaços abertos.

Na cidade colonial, a maioria dos conjuntos monásticos está fortemente associada ao relevo, o que determina a existência de vistas panorâmicas da paisagem. Esta disposição reforçava a atitude contemplativa, fato sutilmente evidenciado nos relatos de época, como o do Padre Fernão Cardim (1583-1590), que descreve o Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, fundado no morro do Castelo (c.1567). Segundo a concepção do religioso, o Criador agia como um arquiteto ou pintor de extrema habilidade, para propiciar desanuviadas e privilegiadas vistas sobre a paisagem⁶⁰.

Essa narrativa exemplifica a vigência de traço recorrente, verificado em grande parte dos relatos inaugurais. Os primitivos núcleos de povoamento normalmente eram sediados em lugares que ofereciam condições satisfatórias de comunicação e segurança, além de proporcionar recursos naturais adequados, como água e solos férteis, visando à garantia do abastecimento alimentar. A compreensão de tais particularidades demonstram que o acaso não existia no universo das ações administrativas. Nos empreendimentos pioneiros, valorizavam-se sobretudo os lugares com amplos panoramas⁶¹. Os conventos e mosteiros que não tivessem esse atributo corriam o risco de serem interpretados como mal assombrados, condição identificada na moradia jesuíta de São Vicente (1585), da Capitania de São Paulo⁶².

A estadia em hortas/pomares e jardins, tendo ao fundo belos panoramas, certamente contribuía para a elevação do espírito de seus utentes, o que propiciava sensações como o bem-estar, algo próximo ao estado de êxtase ou graça, segundo o pensamento de Nuno Mendoça⁶³. Tencionava-se alcançar a comunhão dos sentidos, favorecida pela vista do mar ou da montanha nas proximidades dos conjuntos construídos. Aproveitamos para salientar que, simbolicamente, se considera a montanha como "local para meditar, evocar Deuses, purificar corpo e alma". É o lugar onde se pode experienciar o sentimento pelo sublime, onde se manifesta com pujança "a espiritualidade, a religiosidade e a pureza"⁶⁴. O mar, por sua vez, percebido dos cumes ou das encostas de montanhas ou morros, é um complemento da moradia situada literalmente nas alturas, vindo a contribuir para a alegria, a aprazibilidade e o espanto de congregados e cronistas. A superfície marítima vista dos conventos e mosteiros seduzia o olhar, repetia constantemente o espetáculo de vida e força e sua grandiosidade indomável, estimulando a prática de experiências místicas⁶⁵.

O valor conferido em particular às paisagens marítimas era patente na organização dos conjuntos concebidos, situação identificada, por exemplo, na disposição do Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda, fun-

dado em 1585. Nas palavras do Frei António de Santa Maria Jaboatam (1761), esse lugar sobressaía pela posição alteada e pelo panorama da costa⁶⁶. O mesmo dizemos de outros complexos, como o Colégio da Bahia (1585), cuja cerca possuía mirante erguido sobre colunas de pedra, “aberto por todas as partes”, além de outros recantos, que serviam de “repouso”, sendo “(...) toda a recreação deste colégio, porque dele vêm entrar as naus, descobrem boa parte do mar largo, e ficamos senhores de todo este recôncavo, que é excelente, aprazível e [tem] desabafada vista (...)”⁶⁷. São dados expressivos, que sugerem a predominância de certos valores inerentes à tradição construtiva.

Em Portugal, era evidente a maneira como algumas quintas de recreio se encontravam ordenadas, em completa sintonia com o relevo e o espaço envolvente e/ou a paisagem⁶⁸. O que importava para os moradores desses lugares, para além da questão econômica e produtiva, era a vivência do lazer ou do estar contemplativo, aspecto eminentemente vinculado ao aproveitamento dos recursos naturais de cada sítio. Perante tais requintes, devemos ter precaução ao trabalhar com as teorias que apresentam os pintores holandeses do século XVII, ou mesmo os românticos do século XVIII, como os precursores de uma nova sensibilidade estética relativa à fruição de atributos dos espaços abertos. Na prática, em termos arquiteturais e paisagísticos, os portugueses já lidavam com a mencionada temática, muito antes de a natureza ser considerada objeto de representação pictórica. O convívio do homem na e com a natureza acontecia em especial nas cercas e nas chácaras localizadas nos arrabaldes.

No desenho das chácaras, sabemos que os respectivos conjuntos se mostravam estruturados por meio da articulação de diversos subespaços, produtivos e recreativos, dentre eles os capinzais, os jardins, as hortas, os pomares e as matas, no geral, distribuídos em pontos estratégicos dos terrenos, de acordo com a topografia de cada lugar. Certos componentes dessas unidades ainda podem ser vistos no interior dos primitivos tecidos de Olinda e Ouro Preto, apesar do estado de degradação ou ruína das antigas parcelas. Havia toda uma lógica de ordenamento desses elementos, que se ligavam à estrutura biofísica da paisagem. Alegretes, arquiteturas de prazer ou de regalo, bancos, pergolados ou latadas, que tornavam aprazível a estadia ao ar livre, localizavam-se, de preferência em pontos privilegiados pela amplitude visual, em miradouros e terraços.

4. Considerações finais

Lidar com esse repertório de elementos da paisagem contribui para uma melhor avaliação da forma urbana e da sua identidade, além de facilitar o entendimento da espacialidade nas parcelas hortifrutícolas. Ressaltamos que, nas descrições dos moradores que elucidam a existência de vínculos com suas hortas, com os seus pomares ou jardins, a natureza apresenta-se viva e vivificante, sendo percebida a partir do amanho da terra ou mesmo através do contato com as florações e as frutificações. O invisível ganha corpo e revela outras dimensões dos complexos construídos.

Ver a dimensão ecológica, estética e patrimonial nas parcelas não edificadas pressupõe que o observador reedifique o olhar. Não falamos de lugares excepcionais, grandiosos e monumentais, pelo contrário, estamos bem próximos daquilo que é tomado como banal e pertencente ao senso comum. Por esse motivo, as tipologias do tecido verde das cidades classificadas, mais particularmente de Olinda e Ouro Preto, não são compreendidas, na atualidade, como objetos dignos de proteção (Fig. 9), principalmente por parte das instituições governamentais, responsáveis pela preservação patrimonial.

NOTAS

¹ LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000. p. 46, 80.

² *Idem. Ibidem*. p. 15.

³ MENDOÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a ideia*. Évora: Universidade de Évora, 1989. v.1. p. 309, 311, 328, 335, 375. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

⁴ “Imagem sem título [Planta de Olinda]”. Original manuscrito do Alge-

meen Rijksarchief, Haia”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 82, 331. Veja-se, no volume II, a figura nº 66.

“MARIN D’OLINDA de Pernambuco/ T’RECIF de PERNAMBUCO”. Ilustração do livro de Johannes de Laet

(LAET-1644). Exemplar utilizado pertencente à Koninklijke Bibliotheek, Haia". In: *Idem. Ibidem.* p. 78, 329. Veja-se, no volume II, a figura nº 65.

⁵ NIEUHOFF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, Oficina da Empresa Gráfica da [Revista] dos Tribunais, [1951]. 25-26. (Edição holandesa: 1682).

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Províncias do Norte)*. Coleção Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Editora Livraria Martins, /s.d./v.XII. p. 72, 74, 76, 96-99.

KOSTER, Henry, 1793-1820. *Viagens ao nordeste do Brasil*. 11ª edição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002. v.1. p. 64, 85. (1ª edição Londres: Longman, Hurst, Rees, 1816).

⁶ KOSTER, Henry, 1793-1820. *Op. cit.* v.1. p. 64.

⁷ Na lista dos bens culturais brasileiros, declarados "Patrimônio da Humanidade", encontram-se inscritos os seguintes núcleos históricos: Ouro Preto (1980), Olinda (1982), Missões de São Miguel (1984), Salvador e Santuário de Bom Jesus de Matozinhos (1985), Brasília (1987), São Luís (1997), Diamantina (1999), Goiás (2001). Com relação aos "sítios naturais", reconhecidos pela UNESCO, notabilizam-se: o Parque Nacional do Iguaçu (1986), no Estado do Paraná; o Parque Nacional Serra da Capivara (1991), no Piauí; Reservas de Mata Atlântica do Sudeste, no Paraná e em São Paulo; a Costa do Descobrimento (1999), na Bahia e no Espírito Santo; o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (2000), no Mato Grosso; o Parque Nacional do Jaú (2000), na Amazônia; os Parques Nacionais Chapada dos Veadeiros e das Emas (2001), em Goiás; a Reserva de Fernando de Noronha (2001), administrada pelo Estado de Pernambuco e o Atol das Rocas (2001), subordinado ao Rio Grande do Norte.

⁸ PARENT, Michel. Dossiê IPHAN/UNESCO, Arquivo Noronha

Santos, 1967. *Apud*: TIRAPELI, Percival. *Conhecendo os Patrimônios da Humanidade no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2001. p. 47.

⁹ Sobre esse assunto veja-se: MAGALHÃES, Manuela Raposo de. "Paisagem urbana e interface urbano-rural". In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIREÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 111-113.

¹⁰ BUSTOS ROMERO, Marta Adriana. *A arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. p. 46-55.

¹¹ VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 98.

¹² CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. "A arte da paisagem e dos jardins no Brasil colonial". In: *Colóquio luso-brasileiro de história da arte*, Actas, 5, Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Patrimônio, 2002. p. 35.

¹³ CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. p. 249-250.

¹⁴ Nos quintais, havia animais domésticos soltos, principalmente galinhas, utilizadas inclusive no controle biológico de insetos e outras pragas que afetavam a produção de legumes e verduras e o cultivo de algumas espécies frutíferas, como as laranjeiras. Nessa circunstância, adotavam-se cercas divisórias de taquara, para evitar que as aves ciscassem nos canteiros das hortaliças. Ainda era comum existirem pequenos chiqueiros, em locais mais afastados da habitação.

¹⁵ Mesmo que a bibliografia não enfoque, com clareza, a ocorrência das servidões no tecido das cidades e vilas coloniais, é possível identificar tais

acessos a partir do estudo iconográfico. Na cidade classificada de Ouro Preto, tivemos a oportunidade de verificar o antigo beco dos "caldeiros", no bairro do Pilar, e o atual beco da Prefeitura, na Praça Tiradentes. Em Olinda, possivelmente, as ruas Antônio F. Gomes, Bertiogas, Bonfim, Joaquim Cavalcante, Porto Seguro, Prudente de Moraes, São Bento e 27 de Janeiro foram vias auxiliares de serviços.

HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 146, 150-151. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauo.

MOREIRA, André Renato Pina. Coordenador Adjunto do Programa Monumenta/BID, Arquiteto da Secretaria Municipal de Planejamento da cidade de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.

RASMUSSEN, Maria de Lourdes Machado. Moradora da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 232, 257-260, 278-280, 386-387, 393.

¹⁶ Em Ouro Preto, também é possível ver alguns pontos mirantes em certos trechos da trama urbana, destacando-se o Alto da Cruz, os largos das igrejas de São Francisco de Assis e de São Francisco de Paula, além dos morros do Cruzeiro, de Santana e de São Sebastião.

¹⁷ CARLS, F.H. *Álbum de Pernambuco e seus arrabaldes*. [Recife]: F.H. Carls, 1878. /s.p./.

" 'Marin D'Olinda de Pernambuco/ Recife de Pernambuco'. Gravura que ilustra o livro de Johannes de Laet. c. 1630". In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do

Estado, Fapesp, 2000. p. 78-79, 329.

"'Olinda'. Gravura de Frans Post, do livro de Barlaeus (1647). c.1637-1645". In: *Idem. Ibidem.* p. 89, 334.

¹⁸ No quadro dos acontecimentos históricos, podemos dizer que, depois de uma longa fase de obscurantismo ou pouca visibilidade em crônicas de época, compreendida entre a invasão holandesa (1630-1654) e o início dos oitocentos, Olinda começou a recuperar parte de seu antigo prestígio, perdida para a vizinha Recife. Em meio às transformações urbanas ocorridas no século XIX, houve a disseminação de padrões sócio-culturais influenciados por modismos de época, dentre eles, a promoção do hábito de tomar banhos de mar e de rio e possuir casas de veraneio na cidade. Nesse sentido, parece-nos oportuno refletir sobre outros benefícios da vida moderna, baseados na facilidade da obtenção de alimentos, mediante a crescente prática do comércio ambulante e das feiras populares, fatos marcantes nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, sucedeu a ampliação da rede de abastecimento alimentar, principalmente pela várzea do rio Beberibe, que resultou na maior oferta de produtos hortícolas e, possivelmente, no gradativo abandono da subsistência doméstica, anteriormente proporcionada pelos quintais, fenômeno que interferiu no aumento do porte da vegetação local.

Nas décadas de 1930/1940, e mesmo antes do citado período, o que se cultivava nos sítios Fragoso, Jatobá, Senhor Pires e nas várzeas dos rios Beberibe e Doce era comercializado tanto nas feiras populares (Bom Sucesso, Peixinhos, praça da Preguiça, Sítio Novo) quanto nas ruas da cidade, por vendedores ambulantes. Somente na década de 1950, com o nível crescente de especialização dos serviços urbanos, houve a criação de cooperativas agrícolas, destacando-se a de Vitória de Santo Antão, localizada a 50 quilômetros de Olinda, de onde escoava grande parte da produção local para o atendimento da demanda do citado município.

MELLO, José Ataíde. Funcionário

reformado da Prefeitura Municipal de Olinda, líder comunitário. *Entrevista sobre espaços abertos.* Olinda, 2005.

¹⁹ LUNA, Marília de Andrada Lacerda. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos.* Olinda, 2005.

Para alguns moradores de Ouro Preto, só resta o lamento diante do processo de degradação da paisagem. "Olhar com olhos sensíveis da cultura e da história leva-nos a chorar de saudade. A cidade está se perdendo. Terra é aquela que nós escolhemos e amamos, infelizmente, tem virado madrastra (...)".

SIMÕES, José Feliciano da Costa. Pároco da Matriz do Pilar e morador da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos.* Ouro Preto, 2003.

²⁰ BUSTOS ROMERO, Marta Adriana. *A arquitetura bioclimática do espaço público.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. p. 94-95.

²¹ "O quintal é para mim o universo do medo, da aventura e descoberta. É também o lugar do recolhimento, além de ser agradável e arejado. Sinto-me bem em contato com outros seres vivos. Gosto de plantar (...)".

CUNHA, Petrônio. Arquiteto da Secretaria Municipal de Planejamento e morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos.* Olinda, 2005.

²² DIAS, Genoveva Alves. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos.* Olinda, 2005.

²³ LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins.* France: Olivier Orban, 1990. p. 15-18.

MENDOÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a ideia.* Évora: Universidade de Évora, 1989. v.1. p. 183-186. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

²⁴ OLIVEIRA, Ana Amélia Lopes de. Artista e moradora da cidade classifi-

cada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos.* Ouro Preto, 2006.

²⁵ LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins.* France: Olivier Orban, 1990. p. 18, 24, 34-35, 53.

²⁶ SIMÕES, José Feliciano da Costa. Pároco da Matriz do Pilar e morador da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos.* Ouro Preto, 2003.

²⁷ "(...) Em Ouro Preto a paisagem olfativa é muito importante. A cidade exalava não somente perfumes, mas também tinha seus cheiros desagradáveis. Lembro-me quando era queimada a candeia [vegetação típica da região] nos fogões a lenha (...). O cheiro incensava o lugar. Isso deixou de acontecer com o aparecimento de fogões a gás. Se, por um lado, a vegetação nativa foi mais poupada de cortes, por outro, a cidade perdeu um de seus odores característicos, além de ser periodicamente invadida por mosquitos (...)".

DELFIN, Carlos Fernando de Moura. Arquiteto Paisagista. Técnico em Defesa e Preservação Ambiental. Assessor Especial da 6ª Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN/Rio de Janeiro. *Entrevista sobre espaços abertos.* Belo Horizonte, 2005.

²⁸ Para engrandecer a realização de solenidade específica na capela de Nossa Senhora das Dores, em Ouro Preto, durante a sexta-feira da Semana Santa, forrava-se o piso da nave com ramos de alecrim e manjerição (branco) que, ao serem macerados com os pés, exalavam com intensidade os respectivos aromas.

LISBOA, Carlos Eduardo. Professor de Botânica, Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP. *Entrevista sobre espaços abertos.* Ouro Preto, 2006.

²⁹ REGO, Teresa Costa. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos.* Olinda, 2005.

³⁰ DIAS, Genoveva Alves. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos.* Olinda, 2005.

³¹ CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. p. 68-69. Dissertação de Doutorado em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

³² NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Paysage, Ambience, Architecture*. [Bruxelles, Liège]: Pierre Mardaga éditeur, [1981]. p. 14. [Edição original: 1976].

³³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª edição. Curitiba: Positivo, 2004. p. 1237.

³⁴ LYNCH, Kevin. *Planificación del sitio*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980. p. 172. (Primeira edição de 1977).

³⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Op. cit.* p. 548.

³⁶ PENA FILHO, Carlos. "Olinda". In: VILAÇA, Marcos Vinícios. *Olinda, Oliníssima*. Brasília: Fundação Nacional PróMemória, 1983. p. 21.

De acordo com Gilberto Freyre, não se pode considerar Olinda sem falar sobre a sua luz. "(...) Para [Joaquim] Nabuco, a beleza de Pernambuco vinha principalmente de sua luz. Tudo que êle exalta, em página célebre, na paisagem de Pernambuco, em geral, e na de Olinda, em particular, é efeito de luz: o céu que não é o mesmo um minuto; o mar que está sempre mudando de côr; o brilho metálico do espanador de coqueiros; a sombra rendada das jaqueiras e mangueiras.' (...)"

FREYRE, Gilberto. *Olinda. 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968. p. 16, 18.

³⁷ Situado na porção centro-sul do Estado de Minas Gerais, o município de Ouro Preto, mapeado a partir das coordenadas 20°30' de latitude sul e 44°33' de longitude oeste, apresenta altitude média de 1.100 m. Para além destas particularidades, o clima da região, de acordo com a tabela de Köpen, corresponde ao do tipo Cwb

tropical de altitude com verões suaves, chuvas no verão e inverno seco. A temperatura média varia de 18° a 20°C. As maiores precipitações ocorrem de janeiro a fevereiro e as médias anuais ficam em torno de 1.400 a 1.600 mm. Esta região de Minas, pela conformação de seu relevo, é tida como superhúmida. Com relação aos ventos, predominam os deslocamentos das massas de ar na direcção Leste-Oeste, e situações de calma.

A&M CONSULTORES ASSOCIADOS. *Ouro Preto. Relatório final*. Belo Horizonte: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais, SEBRAE, Sistema de Informação Mercadológicas Municipais, 1995. p. 7-10.

BRASIL. MEC; IPHAN; IEPHA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1975. p. 5.

³⁸ MEIRELES, Cecília. "Cenário". In: MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977. p. 57.

³⁹ MOREIRA, André Renato Pina. Coordenador Adjunto do Programa Monumenta/BID, Arquiteto da Secretaria Municipal de Planejamento da cidade de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.

⁴⁰ HOLANDA, Armando de. *Roteiro para construir no Nordeste. Arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados*. Recife: Programa em Desenvolvimento Urbano da Faculdade de Arquitetura, UFPE, 1976. p. 9, 11, 15, 31, 33, 39, 42.

⁴¹ Todas as benesses, de caráter produtivo e recreativo, foram citadas a partir de feitos conhecidos nas Capitânias de Pernambuco, Tamaracá e Paraíba, localizadas na Região Nordeste brasileira, durante o século XVII.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 130. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

⁴² CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 302, 304, 308, 311. Dissertação de Doutorado em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

⁴³ ADB-CSB. Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, 1717-1789. p. 36. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitetura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.1. p. 880. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado).

⁴⁴ HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860. Esboços de viagem. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982. p. 125. *Apud*: HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 189. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.

Para o americano Samuel Greene Arnold, que visitou a Bahia em 1847, "a mangueira era a rainha dos trópicos, mui grande e frondosa como um carvalho, com densa folhagem verde escura e folha da forma do louro (...)".

ARNOLD, Samuel Greene. /s.t./: /s.n.t/, [188?]. /s.p./ *Apud*: HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Op. cit.* p. 189.

⁴⁵ "O que faz a grande beleza deste nosso torrão pernambucano é em primeiro lugar o seu céu, que muda a cada instante, leve, puro, suave, onde as nuvens parecem ter asas, e que não é o mesmo em um minuto; é depois o nosso mar, verde, vibrátil e luminoso, as nossas areias tépidas e cobertas de relva, os nossos coqueiros, que vergam desde o soco até ao espanador de um brilho metálico e dourado, com que parecem ao longe sacudir as nuvens brancas, as jaqueiras e as man-

gueiras cuja sombra redonda é um oásis de frescura e abundância (...)” (sublinhado nosso).

NABUCO, Joaquim. “Ramalho Ortigão no Recife”. In: GOUVÊA, Fernando da Cruz. Perfil do tempo. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1990. p. 169-173. [Publicado no jornal o “Paiz” de 30/11/1887]. Apud: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo (orgs.). *A paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993. p. XLVI.

⁴⁶ Sentada sob a sombra de uma caramboleira, Eulina Guedes Amâncio, moradora da cidade classificada de Olinda, descreve com carinho as plantas que conserva em seu jardim. São conhecidas popularmente pelo codinome de ervas-de-banho. Ao comentar pausadamente sobre o local e seus componentes, justifica o empenho para sua conservação, dizendo: “*quem tem vida, dá vida*”. A ambiência desse espaço é marcada pela sensação refrescante de aromas, sombreamentos e vistas, tendo ao fundo a imagem imponente do conjunto arquitetônico franciscano, bem delineado contra o verde da vegetação e o azul do mar. Tal moradora compara seu jardim a uma sala de estar, de onde se pode acompanhar o movimento da rua e as variações da ambiência do lugar.

AMÂNCIO, Eulina Guedes. Moradora da cidade classificada da cidade de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

⁴⁷ Com relação ao clima de Olinda, a temperatura média é de 26,3°C. A pluviosidade situa-se em torno de 1.900 a 2.000 milímetros anuais, correspondendo ao tipo *Así*, segundo a classificação de Köppen.

NOVAES, Ferdinando. *Olinda, Evolução urbana*. Recife: FUNDARPE, 1990. p. 9-10.

⁴⁸ BARRETO, Vicente; VALENÇA, Alceu. “Morena tropicana”. In: COSTA, Paloma Jorge Amado. *As frutas de Jorge Amado ou o livro de delícias de Fadul Abdala*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. p. 7.

“*Em ‘Tieta do Agreste’ estão todas as frutas que se possa imaginar, e todos os derivados delas também, da água-de-coco ao queimado de goiaba. Desfilam ante os leitores as frutas frescas em suas variedades, os sorvetes, os doces de pasta, os de calda, as passas, os sucos e os refrescos, os licores, as batidas, as bananas-fritas e as frutas-pão cozidas. Tieta é gulosa — se ela fosse uma fruta seria todas elas —, mas não é avara, divide-as com os amigos, divide também seu conhecimento, ensina a Leonora as diferenças entre araquá e goiaba, entre pinha e condessa, o que é jaca-de-pobre, o porquê do nome do doce de banana de rodinha. A fartura é tanta em Santana do Agreste que Perpétua queixasse com Tieta dos mendigos não aceitarem frutas como esmola: ‘Não aceitam nem mangas, nem cajus, dizem que ninguém compra, que tem demais, manga não é esmola que se dê, já ouviu?’*”

COSTA, Paloma Jorge Amado. *As frutas de Jorge Amado ou o livro de delícias de Fadul Abdala*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. p. 19-20.

⁴⁹ MELO, Almeri Bezerra de. Diretor do Centro Inter-Universitário de Estudos da América Latina, África e Ásia, filósofo/sociólogo, morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.

⁵⁰ AHU. Coleção Iconografia, 8 desenhos, E.D., Anônimo, “*Frutos tropicais: ananás, bananeira, cajueiro, dendezeiro, fruteira do conde, goiabeira, mamoeiro, maracujazeiro*”. *s.d.f.* Manuscritos aguarelados. 275 x 435 mm (dimensão média).

⁵¹ LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins*. France: Olivier Orban, 1990. p. 45-47, 51, 62.

⁵² SCHAEFER, Carlos Ernesto et al. “Elementos da paisagem e a gestão da qualidade ambiental”. *Informe agropecuário. Agropecuária e Ambiente*. Belo Horizonte: EPAMIG, v.21, nº 202, p. 23-25, Jan./Fev. 2000.

⁵³ NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, Oficina da

Empresa Gráfica da [Revista] dos Tribunais, [1951]. p. 25-26. (Edição holandesa: 1682).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viajem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 70. (Edição francesa: 1830).

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. [3ª] edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Prefácio de Jaime Cortesão. p. 11.

⁵⁴ OLIVEIRA, Ana Amélia Lopes de. Artista e moradora da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

⁵⁵ MENEZES, José Luiz Mota. “Olinda: evolução urbana”. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). *Coletânea de estudos. Universo urbanístico português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos portugueses, 1998. p. 338.

⁵⁶ O que acontece é algo bem próximo ao que Nuno Mendonça denomina de percepção global ou relacional do espaço, manifestando-se de maneira contínua, multidireccional e múltipla.

MENDONÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a ideia*. Évora: Universidade de Évora, 1989. v.1. p. 34-37, 308, 314. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

⁵⁷ MOREIRA, Mariana Isabel. Funcionária da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

⁵⁸ Convém esclarecer que, segundo a cultura brasileira, compreende-se o termo varanda como eirado e/ou terraço. Tal lugar era relacionado com a vivência do lazer ou ócio. Como espaço de azeitabilidade na moradia, a varanda destinava-se a refeições, sendo propícia também a devaneios

musicais e poéticos, que manifestavam encantamentos e saudades. A vista de que se usufruía nesse domínio estimulava os sentidos, o que nos remete ao construir frondoso, de Armando de Holanda, visualizado na obra de Albert Eckhout, cujo exame nos faz atentar para a articulação entre os edifícios e os jardins coloniais.

Cf. CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A.C. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972. p. 468.

⁵⁹ RAMOS, Madalena de Barros Lima. Moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

⁶⁰ As situações de beleza natural, notabilizadas nos registros efetuados, em especial ligadas ao mencionado Colégio, possivelmente causavam um misto de admiração e espanto até mesmo nos incrédulos, que deveriam se sentir compelidos a descobrir ou redescobrir as dimensões qualitativas de tão grandiosa obra. No século XVI, divulgou-se o lugar da seguinte maneira:

"A cidade [do Rio de Janeiro] está situada em um monte [morro do Castelo de São Sebastião] de boa vista para o mar, e dentro da barra tem uma baía que bem parece que a pintou o supremo pintor e arquiteto do mundo Deus Nosso Senhor, e assim é cousa formosíssima e a mais aprazível que há em todo o Brasil, nem lhe chega a vista do Mondego e Tejo; é tão capaz que terá 20 léguas em roda cheia pelo meio de muitas ilhas frescas de grandes arvoredos, e não impedem a vista umas às outras que é que lhe dá graça. (...) / Os padres têm aqui melhor sítio da cidade. Têm grande vista com toda esta enseada defronte das janelas: têm começado o edifício

novo, têm já 13 cubículos de pedra e cal que dão vantagem aos de Coimbra, antes lha levam na boa vista. (...) A cerca é cousa formosa; tem muito mais laranjeiras que as duas cercas de Évora, com um tanque e fonte; mas não se bebe dela por a água ser salobra; muitos marmeleiros, romeiras, limeiras e outros frutos da terra. Também tem uma vinha que dá boas uvas, os melões se dão no refeitório quase meio ano, e são finos, nem faltam couves mercianas bem duras, alfaces, rabãos e outros gêneros de hortaliça de Portugal em abundância: o refeitório é bem provido de necessário; a vaca na bondade e gordura se parece com a de Entre-Douro e Minho; o pescado é vario e muito, são para ver as pescarias da sexta-feira, (...) Duvidava eu qual era mais provido, se o refeitório de Coimbra se este, e não me sei determinar: quanto ao espiritual se parece na observância, bom concerto e ordem com qualquer dos bem ordenados de Portugal (...)".

CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. p. 267-269.

⁶¹ ACADEMIA BRASILEIRA. Cartas jesuíticas; cartas avulsas (1550-1568). Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931. p. 313, 315-316, 347. *Apud*: LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; a obra, século XVI*. Lisboa: Livraria Portuguesa; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938b. Tomo II. p. 56.

⁶² CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Op. cit.* p. 276.

⁶³ MENDOÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a ideia*. Évora: Universidade de Évora,

1989. v.1. p. 62, 98, 101-103. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

⁶⁴ *Idem. Ibidem*. 1989. v.1. p. 95.

⁶⁵ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionários dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1997. p. 41-46, 439.

MENDOÇA, Nuno José de Noronha. *Op. cit.* v.1. p. 106-107, 109, 114.

⁶⁶ JABOATAM, António de Santa Maria, Frei. *Orbe serafico novo brasileiro*. Lisboa: Oficina de Antonio Vicente da Silva, 1761. Livro I. p. 250.

⁶⁷ CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. p. 279.

Em outras circunstâncias, os mirantes incorporavam-se aos edifícios, passando a ter janelas com sacadas para o mar ou o rio, conforme sucedeu nas sedes dos Mosteiros de Nossa Senhora de Brotas (1777/1780) e de Nossa Senhora da Graça, situados nos arredores da cidade de Salvador.

ADB-CSB. Códice 143. Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, 1717-1789. p. 37. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitetura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.1. p. 884. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

⁶⁸ ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 102, 129-130, 135, 141, 155, 159-162, 184, 188, 200, 203, 207-215, 223.